

Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

PREGÃO PRESENCIAL Nº 000026/2021

AS EMPRESAS QUE RETIRARES O EDITAL DEVERÃO PREENCHER A FOLHA DE RECIBO ABAIXO, PROTOCOLAR NO PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA OU ENCAMINHAR VIA EMAIL <u>licitacao.vargemalta@gmail.com.</u> INFORMAMOS QUE TAL SOLICITAÇÃO SERVIRÁ PARA COMUNICA-LOS SOBRE EVENTUAIS CORREÇÕES OU ALTERAÇÕES EM SEUS DISPOSITIVOS.

RECIBO

RECEBI DA COMISSÃO DE PREGÃO DE VARGEM ALTA A CÓPIA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº **000026/2021**, PARA ABERTURA ÀS 13:00HS DO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2021.

VARGEM ALTA, XX DE XXX DE 2021.

REZÃO SOCIAL: _	 	
ENDEREÇO:	 	
E-MAIL:		
RELECONE:		

CARIMBO DE CNPJ



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

REGIDO PELA LEI Nº 8.666/93

PROCESSOS Nº 003352/2021 EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS ID CIDADES: 2021.071E0700001.02.0020 N° 000026/2021

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU ENQUADRADAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

1 - PREAMBULO

O Município de Vargem Alta, por intermédio da Equipe de Pregão, no cumprimento da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 3274/2016, torna público a todos os interessados, que realizará a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 000026/2021, no dia 01 de dezembro de 2021, às 13:00horas, na Rua Zildio Moschen, 22, Centro, Vargem Alta/ES.

O pregão será realizado pela Pregoeira **SÂMELA NASCIMENTO GOMES**, tendo como Equipe de Apoio **DANIELE CANSI PIASSAROLO**, **LEONICE BARBARA FAVERO E FÁBIO FERREIRA SANT'ANNA** designadas pela Portaria nº 001/2021, que será regido pela Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 804/2005 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

2 - DO OBJETO

- 2.1 O Município não se obriga a adquirir das licitantes vencedoras os quantitativos indicados neste edital, podendo realizar licitação especifica para Aquisição de Materiais, ou utilizar-se de outros meios legais, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficio do Registro de Preços terá preferencia, nos termos do Art. 15 § 4º de Lei. Nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013 e do Decreto Municipal nº 3274/2016, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.
- 2.2 Constitui objeto do presente PREGÃO PRESENCIAL, a elaboração de REGISTRO DE PREÇOS, pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS**, para atender a Secretaria de Educação do Município de Vargem Alta/ES, CONFORME ANEXO I

3 -DOS ORGÃOS E UNIDADES INTEGRANTES DO REGISTRO

3.1 - Fica dispensado a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser informada no ato da compra.

- 3.2 A emissão de nota de empenho ficará a cargo da Contabilidade, devendo constar na mesma o número do processo licitatório ou número do contrato, anexando a cópia ao processo administrativo de licitação.
- 3.3 O Setor de compras solicitará à Contabilidade a emissão de nota de empenho que deverá conter a autorização do ordenador de despesas.

3.4 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.4.1 - ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 3.4.2 NÃO SERÁ ADMITIDA a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.
- 3.4.2.2 Caberá detentora da ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, e observando o disposto no § 4º do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013.
- 3.4.2.3 O Setor de compras da PMVA-ES será órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta Licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecimentos para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.
- 3.4.2.4 Somente quando o primeiro licitante registrado para o lote atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicado o segundo, e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.

4 - CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICÌPAÇÃO

- 4.1 Somente poderão participar deste Pregão as microempresas e empresas de pequeno, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 48 da Lei Complementar 123, de 2006, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos. Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:
- 4.1.1. **Microempresa ME-** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, no ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais).
- 4.1.2. **Empresa de Pequeno Porte EPP-** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,01 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais).
- 4.1.3. **Micro Empreendedor Individual MEI** o empresário, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta inferior a R\$81.000,00 (Oitenta e Um Mil Reais).
- 4.1.4 Também poderão participar desta licitação e receber o tratamento diferenciado e favorecido em igualdade de condições com as microempresas e empresas de pequeno porte, as **sociedades cooperativas** que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 4.2 Não será admitida, nesta licitação, a participação de pessoas jurídicas:



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

- 42.1 que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem do país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como as pessoas que se enquadrem nos termos do artigo 9° e incisos da Lei nº 8.666/93.
- 4.2.2 que não estejam enquadradas como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no item 3.1.1 acima;
- 4.2.3 cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;
- 4.3 A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 4.4 A participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, com a devida comprovação, seguirá os critérios estabelecidos na Lei complementar 123/06.
- 4.4.1 A licitante deverá apresentar à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;
- 4.4.2 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;
- 4.4.3 O prazo a que se refere o inciso anterior poderá ser prorrogado, à critério da administração Pública, ser prorrogado por igual período;
- 4.4.4 Em caso de atraso por parte do Órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;
- 4.4.5 Na hipótese descrita no item anterior , a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;
- 4.4.6 O prazo a que se refere o inciso anterior poderá ser prorrogado, à critério da administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o Órgão competente emitir a certidão;
- 4.4.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória da regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência de direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666 de 21 de junho de 11993;
- 4.4.8 Caso não seja comprovada a regularidade fiscal, é facultado à administração Publica convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação;
- 4.4.9 Os licitantes que pretenderem se beneficiar dos favorecimentos dispostos na Lei Complementa nº123, deverão apresentar os documentos juntamente com o Credenciamento, sob pena de preclusão do direito;
- 4.5 Como critério de desempate, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão preferência sobre as demais licitantes, respeitando o intervalo percentual de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, conforme preceitua o art. 45, inciso I da lei 123/06;
- 4.6 Caso o proponente não compareça, mas envie a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada no inicio dos trabalhos, **renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.**
- 4.7 Visando a comunicação futura entre esta Prefeitura municipal e as empresas licitantes, solicitamos de V. Senhorias o preenchimento do "Recibo de retirada do Edital" anexo a este Edital e envio à Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Vargem Alta ou encaminhar via e-mail: licitacao.vargemalta@gmail.com.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

4.8 A não remessa do mesmo exime a Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais ratificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

5 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1 Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "PROPOSTA DE HABILITAÇÃO".
- 5.1.1 Os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues a pregoeira, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo. LOCAL: Rua Zildio Moschen, 22, Centro, Vargem Alta/ES DATA: 01 de dezembro de 2021 **HORÁRIO:** 13:00 h

Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À Prefeitura Municipal de Vargem Alta - Equipe de Pregão Rua Zildio Moschen, 22 Centro Vargem Alta/ES ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL Pregão Presencial Nº 000026/2021 PROPONENTE:

À Prefeitura Municipal de Vargem Alta - Equipe de Pregão Rua Zildio Moschen, 22 Centro - Vargem Alta/ES ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO Pregão Presencial Nº 000026/2021 PROPONENTE:

5.2 A Prefeitura Municipal de Vargem Alta não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horários definidos neste edital.

6 - CREDENCIAMENTO

O credenciamento ocorrerá na mesma data e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na sala de Licitações, no início da Abertura do Pregão. O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

6.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.1.1 - Tratando-se de representante legal, tais como Proprietário, Sócios ou assemelhado, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, exigido conforme item 6.2 do edital, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, identificado através de qualquer documento de identidade



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

emitido por órgão oficial, com foto, **OU**;

- 6.1.2 Tratando-se de **procurador**, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item **6.1.1**, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 6.1.3 Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.
- 6.1.4 Recomenda- se aos licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto para início da sessão.

6.2 - DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, com suas alterações caso existirem;
- b) No caso de sociedades comerciais Ato constitutivo, Contrato Social ou Estatuto em vigor, com a última alteração (se houver) ou contrato consolidado; devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais e no caso de Sociedades por Ações ou em cartório em caso de cooperativas, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis e cooperativas, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.3- Para fins de CREDENCIAMENTO a licitante interessada deverá:

- **6.3.1-** Em caso da licitante ser representada por sócio administrador, proprietário ou titular, deverá apresentar no Credenciamento:
- **A)** a Cópia do Contrato Social, Estatuto Social, Ficha de Firma Individual ou do MEI, devidamente arquivados no órgão de Registro da licitante;
- B)- a cópia da Carteira de Identidade ou Documento equivalente do Representante legal (Sócio Administrador ou Proprietário) cópia autenticada ou a original para ser autenticada no momento da licitação;
- C) A Declaração de Pleno Atendimento as Requisições da Licitação conforme modelo do Item 6.4.
- **6.3.2- Em caso da licitante ser representada por PROCURADOR:** deverá apresentar no momento do Credenciamento:
- **A)** A CARTA CREDENCIAL, conforme o modelo do **ANEXO II**, com reconhecimento de firma em Cartório da assinatura do Representante Legal que outorgou a representação;



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

- **B**)- A cópia do Contrato Social, Estatuto Social, Ficha de Firma Individual ou do MEI, devidamente arquivados no órgão de Registro da licitante;
- C)- A Carteira de Identidade do Representante Legal e do Procurador em cópias autenticadas em Cartório ou originais para serem autenticadas no momento da licitação;
- D) A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisições da Licitação conforme modelo do Item 6.4;

6.3.3 - PARA COMPROVAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA

- A) A fim de receber os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações o licitante deverá apresentar no momento do CREDENCIAMENTO a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DAS ME's, EPP's ou equiparadas, devidamente assinada e preenchida, conforme modelo constante do **ANEXO III**,
- B) **Certidão** expedida pela Junta Comercial, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento nacional de Registro do Comércio, comprovando sua situação de enquadramento, emitida no ano em curso.
- 6.3.3.1 A NÃO COMPROVAÇÃO do licitante da sua condição de MEs e EPPs tornará impossível a participação da empresa nos itens exclusivos a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual MEI.
- 6.3.4- A CARTA CREDENCIAL não poderá ser substitiuída por Procuração com fins Genéricos, a menos que a Procuração tenha fins específicos para a participação em licitações públicas;

6.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00026/2021.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003352/2021	
A (o)	por intermédio do seu
representante ou procurador declara ao Município de Van	
condições de habilitação no processo licitatório Edital de Pre	egão Presencial nº 000026/2021.
Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e	e criminal por eventual falsidade.
Local e data.	
Assinatura	

- 6.5 Na hipótese da licitante não apresentar no momento do credenciamento, as declarações do ANEXO III e Item 6.4 deste edital, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado, em benefícios previstos na Lei Complementar Nº 123/2006.
- 6.6 É facultado ao licitante o direito de não estar presente na sessão pública de licitação, preferencialmente enviando as declarações do ANEXO III e Item 6.4 deste edital, em envelope separado da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação;
- 6.7 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento do certame e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.
- 6.8 As substituições somente serão permitidas até o final da etapa de credenciamento.
- 6.9 A empresa licitante que não apresentar os documentos referentes ao credenciamento não será



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

considerada inabilitada, porém, declinará do direito de ofertar lances, interpor recursos ou qualquer outro ato inerente ao pregão.

6.10 - Quando o representante da licitante não estiver presente à sessão e que essa empresa só encaminhe os dois envelopes, proposta e habilitação, o pregoeiro efetuará a abertura dos envelopes dessa empresa, sem que se verifique, antes, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

7 - PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.1 A proposta de preços deverá ser digitada através de programa disponibilizado para download no site da E&L Produções de Software www.el.com.br, na opção "PORTAL DO CLIENTE" "DOWNLOADS" "PROPOSTA COMERCIAL", deverá ser entregue em mídia digital (CD-R) e impressa uma via, devidamente datada e assinada pelo representante legal da proponente e deverão constar as seguintes informações:
- a) ser impressa, preferencialmente em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras e entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, com duas casas decimais, obrigatoriamente em real, contendo data e assinatura do representante legal;
- b) deve informar a razão social, número do CNPJ, endereço completo da empresa licitante, telefone e e-mail;
- c) devem estar incluídos nos preços propostos todas as despesas e custos, transportes, fretes, combustível, carga e descarga, manutenções, locações, aluguéis, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- d) deve informar a validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60** (**sessenta**) dias, a contar da data de sua apresentação na sessão pública observada o disposto no § 3°, art. 84, da Lei 8.888/93.
- e) Marca e demais referências que bem indiquem o (s) item (s) cotado (s);
- f) deve conter o valor unitário e total do Item/Lote e valor total da proposta (não excedendo a média de preços do ANEXO I).
- g)Deverá conter o prazo de entrega dos produtos.
- 7.1.2 O arquivo da proposta automática será fornecido pelo setor de licitação, através de requerimento via e-mail, constando os dados da empresa que irá participar do certame (CNPJ, endereço, e-mail e telefone). O licitante deverá solicitar o arquivo PCA (proposta comercial automática), através do e-mail licitação.vargemalta@gmail.com.
- 7.1.3 O ARQUIVO FORNECIDO AO REQUERENTE NÃO DEVERÁ SER RENOMEADO.
- 7.1.4 A mídia digital contendo a proposta de preços digitada em arquivo PCA, deverá ser inserida dentro do 'ENVELOPE N° 001 PROPOSTA DE PREÇOS', juntamente com uma via impressa, sendo o envelope lacrado e entregue ao protocolo desta prefeitura até o dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital.
- 7.1.5 A Proposta de Preço digitada em arquivo PCA, visa unicamente agilizar o andamento do processo, sendo que sua não apresentação, não implicará na desclassificação do proponente que apresentar somente a via impressa.
- 7.1.6 Caso seja entregue o PCA em pendrive será aceito pelo pregoeiro e equipe de apoio.
- 7.1.7 Caso a mídia não abra, ou esteja danificada, ou algum outro problema que não seja sanado no momento de seu uso, será aceito que seja enviado por e-mail pela empresa, sendo aberto um prazo de 05 (cinco) minutos para contado do representante presente na sessão, com sua empresa.
- 7.1.8 Dentro do arquivo PCA itens de cada lote não estão consolidados, mas, as descrições são as mesmas, devendo os valores serem os mesmos para todos os itens com a mesma especificação constante em cada lote.
- 7.1.9 Os valores dos itens com a mesma especificação em cada lote deverão ser os mesmos e será desclassificado o lote que tiver itens com a mesma especificação com valores diferentes.
- 7.2 Ocorrendo diferença entre os preços unitário e total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos.

- 7.3 Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta de preço. Caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará àquela mais vantajosa para a Administração Pública.
- 7.4 O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, com exceção da negociação constante no art. 4°, XVII da Lei nº. 10.520/2002.
- 7.5 A simples apresentação da proposta de preço implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.
- 7.7 A proposta de preço deverá descrever o objeto ofertado, trazendo a **indicação da marca**, e caso seja necessário (Ex: equipamento, veiculo, etc) modelo, conforme as especificações e condições contidas no ANEXO I deste edital, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.
- 7.8 Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvado apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pelo **Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.**
- 7.8 Serão corrigidos automaticamente pelo **Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio** quaisquer erros aritméticos e o preço global da proposta, se faltar.
- 7.9 A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do **licitante** com poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes **Proposta de Preço**.
- 7.10 A falta do CNPJ e/ou endereço completo, poderá, também, ser preenchida suprida pelo representante legal do **licitante** com poderes para esse fim e presente à reunião de abertura dos envelopes **Proposta de Preços**.
- 7.11 As propostas deverão apresentar preços correntes no mercado, conforme previsto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.888/93.
- 7.11.1 Caso as licitantes apresentem algum item/lote com valor superior ao que consta no ANEXO II, a mesma terá o item/lote desclassificado, permanecendo validos os demais que estiverem de acordo com o referido anexo;

7.12 - SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

- a) não atenderem as disposições contidas neste edital;
- b) apresentarem quaisquer vantagens não previstas neste Instrumento Convocatório;
- c) apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- d) apresentarem preços incompatíveis com os praticados no mercado;
- **7.13** A empresa deverá informar, na proposta comercial, os dados bancários para efetuação de pagamento

8- HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, desde que apresentado 24 (vinte quatro) horas antes do horário previsto para entrega da documentação e proposta.

Nesta fase será analisada e avaliada a Documentação no que se refere à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômico-financeira. A habilitação far-se-á mediante a apresentação



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

dos documentos abaixo relacionados:

Os proponentes ficam dispensados de apresentar a Regularidade Jurídica - Item 8.1 do Edital, caso o apresente junto ao CREDENCIAMENTO.

8.1 REGULARIDADE JURÍDICA (dispensável caso seja apresentada devidamente autenticada no credenciamento)

- 8.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.2 Ato constitutivo, contrato social ou estatuto em vigor, com a última alteração (se houver) ou contrato consolidado; devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais ou em cartório em caso de cooperativas;
- 8.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 8.1.2 deste subitem;
- 8.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis e cooperativas, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 8.1.5 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

8.2 REGULARIDADE FISCAL

- 8.2.1 **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ**, expedida no ano em curso:
- 8.2.2 **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- 8.2.3 **Prova de regularidade relativa à Seguridade Social**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de:
 - 8.2.3.1 **Certificado de Regularidade para com o FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal CRS;
- 8.2.3.2 Certidão negativa de débitos relativa aos Tributos Federais e Divida Ativa da União, abrangendo, inclusive as contribuições sociais previstas na alíneas 'a' a 'd' do paragrafo único do art. 11 da lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991 CND, ou ainda prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio.
- **8.2.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante, através de certidão emitida pela Secretaria Estadual da Fazenda;
- **8.2.5** Certidão negativa de débitos relativa aos Tributos Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante:

8.3 QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida eletronicamente pela Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

8.3.2 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, datada dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

8.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **8.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade** pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, informando que a licitante já executou serviços idênticos aos que estão em licitação, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições de fornecimento.
 - a.1) As licitantes deverão disponibilizar, **quando solicitadas**, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, colocando à disposição, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder

8.5 OUTRAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS

	Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme modelo a seguir:
	DECLARAÇÃO A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Data e local
	Assinatura do Diretor ou Representante Legal
8.5.2	Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, conforme modelo a seguir: DECLARAÇÃO A empresa, declara, sob as penas da
	lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de
	18 anos ou a realização de Qualquer trabalho por menores de 16 anos,salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
	Data e local
	Assinatura do Diretor ou Representante Legal



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

9.1 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará Aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9.2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 9.2.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 9.2.2 É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 9.2.3 O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais, considerando-se o valor com o ICMS incluso.
- 9.2.4 Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.3 - LANCES VERBAIS

- 9.3.1 Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preco e os demais.
- 9.3.2 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 9.3.3 Ocorrendo empate previsto no art. 44, §2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.3.4 Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 9.3.5 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - I a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - II não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.3.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - III no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 8.3.4, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.3.6 Para as situações previstas nos item 8.3.3 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.3.7 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.
- 9.3.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.3.9 A critério do pregoeiro, durante a fase de lances, o pregoeiro poderá estabelecer diferença mínima de valor entre os lances a serem ofertados.

9.4 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**
- 9.4.2 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.4.2.1 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 9.4.2.2 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.5 - JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.5.1 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 9.5.2 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 9.5.3 Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

9.6 - DA NEGOCIAÇÂO

9.6.1 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

9.7 - DO REGISTRO

9.7.1 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

10 - RECURSOS

- 10.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

- 10.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 10.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.6 O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 10.7 Os recursos deverão ser protocolados nesta Prefeitura, no endereço constante no Preambulo deste edital, no Setor de Protocolo, de segunda a sexta-feira, no horário de 12:00 as 17:00 horas.

11 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal.
- 11.2 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 11.3 Farão parte da Ata de Registro de Preços, todos os documentos referidos neste edital e em qualquer de seus anexos, independentemente de transcrição.
- 11.4 Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatório será convocado para assinar a Ata de Registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da unidade requisitante ou da publicação em Órgão de Imprensa Oficial.
- 11.5 A Prefeitura Municipal de Vargem Alta ES poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.
- 11.6 No Ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do pacto.
- 11.7 Para efetivar a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de situação regular junto à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS.
- 11.8 Àquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falsa ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o estabelecimento em sua proposta e, ainda, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou declaração de Idoneidade para licitar e contratar com a Administração Publica, sem prejuízo das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei Federal n 8.666/95.

12 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 12.1 Os materiais deverão ser entregues sem ônus à Contratante, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de incorrer as sanções contratuais dispostas na Ata de Registro de Preços: nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento será feito pelos servidores UESLEI DO AMARAL SILVA (Secretaria Municipal de Educação).
- 12.2 O Município de Vargem Alta ES reserva-se o direito de rejeitar qualquer material, que não atenda



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para o atraso na execução do fornecimento;

- 12.3 É expressamente exigida a assinatura do responsável atestando os serviços.
- 12.4 Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar os defeitos dos produtos, sempre que houver solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 12.5 Em caso de não entrega dos materiais dentro do prazo estabelecido no item 12.1 estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao Município aplicar as sanções previstas em Lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços.
- 12.6 Ficará a responsabilidade do fornecedor a entrega e o descarregamento dos produtos, devendo o mesmo providenciar mão de obra para a entrega/execução dos mesmos.
- 12.7 É vedado ao vencedor entregar quantidade diversas estipuladas neste Edital.
- 12.8 Os materiais deverão ser novos e estarem em perfeitas condições de uso.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 O resultado da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame será, em qualquer hipótese, publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura.
- 13.2 Homologado o resultado desta licitação, a PMVA/ES, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que a Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 13.3 O prazo para assinatura da até será de 05(cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, informando o local, data e hora para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 13.4 A vigência da Ata de Registro de preços é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura.
- 13.5 A recusa injustificada da licitante notificada em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste edital caracterizarão descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito ao registro de preço, bem como à penalidades cabíveis, previstas no item intitulado. "Das Penalidades Administrativas".
- 13.6 Na data da assinatura da Ata de Registro de preços, o representante da licitante vencedora deverá comprovar.
 - a) Seu poder para representar a licitante, através de documento legal.
 - b) Que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo, se necessário, atualizar os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos.
- 13.7 Quando a adjudicatária não cumprir no subitem acima, alínea "b", ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, a PMVA-ES poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

15. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Os preços registrados poderão ser revisados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo a Prefeitura as



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

negociações necessárias com a detentora dos preços registrados.

- 15.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura deverá:
 - a) Convocar a detentora dos preços registrados visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado
 - b) Caso seja frustrada a negociação, a detentora dos preços registrados será liberada do compromisso assumido;
 - c) Convocar as demais detentoras dos preços registrados visando igual oportunidade de negociação.
- 15.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a detentora dos preços registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá:
 - a) Liberar a detentora dos preços registrados do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Autorização de Fornecimento ou nota de emprenho;
- b) Convocar as demais detentoras dos preços registrados visando igual oportunidade de negociação; 15.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador, procederá revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 15.5 O requerimento de que trata o subitem 14.3, deste edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contrapartidas pela detentora dos preços registrados.
- 15.5.1 A comprovação será feita por meio de documento, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte alusivas a época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.
- 15.5.2 Junto com o requerimento, a detentora dos preços registrados deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no registrado.
- 15.5.3 A Prefeitura, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá revisão dos preços.
- 15.5.4 É vedado à detentora dos preços registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

16. DO CANCELAMENTO

- 16.1 A detentora dos preços registrados terá seu registro cancelado, a pedido, quando:
- 16.1.1 comprovar a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de forçar maior;
- 16.1.2 o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõe o custo do matéria/serviço.
- 16.2 A detentora dos preços registrados terá seu registro cancelado por iniciativa da Prefeitura, quando:
- 16.2.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 16.2.2 o Fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecidos os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 16.2.3 não aceitar reduzir preços registrados, quando se tornar superior ao praticado no mercado;
- 16.2.4 estiverem presentes razões de interesse público ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 16.2.5 o Fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 16.2.6 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, ou nos pedidos dela decorrentes.
- 16.3 O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente desde Município.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

16.4 Na hipótese de cancelamento do registro de alguma licitante vencedora, o Município fará devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e infirmará aos demais licitantes a nova ordem de registro.

17. DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

- 17.1 Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do futuro Contrato quer vier a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, na Proposta de Preços da licitante vencedora e na Nota de emprenho.
- 17.2 Após a homologação deste certame, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação ou da publicação em órgão de Imprensa Oficial, para assinatura do contrato.
- 17.3 A Prefeitura Municipal de Vargem Alta ES, poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 61 § 1°, da Lei Federal n 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- 17.4 Se a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se a assinar o Contrato, conforme disposto no inciso XXIII, do art. 4°, da Lei n 10.520/2002, a Pregoeira examinará ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seus Anexos, podendo o órgão gerenciador do Registro de Preços, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo este declarado vencedor, na foram dos incisos XVI, XVII do art. 4° Lei em comento.
- 17.5 No momento da assinatura do Contrato, se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro não estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor deverá apresentar novas certidões com datas atualizadas.
- 17.6 Os licitantes incluídos na Ata estarão obrigados a celebrar os contatos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
- 17.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa à licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferencia de constatação em igualdade de condições.

18. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no Art. 7º da lei 10.520/02 e nos Art. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.
- 18.2 O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitarão o licitante vencedor à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições.
- 18.2.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o total do certame.
- 18.7.2.2 A aplicação da multa de mora não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas no item 16.3 deste Edital e na Lei Federal n 8.666/93.
- 18.3 A inexecução total ou parcial ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante.
 - a) Advertência
 - b) Multa compensatória por perdas a danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 02(dois) anos.
 - d) Declaração de idoneidade para licitar ou contratas com a administração Pública, em toda a Federação enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo aplicada com base na alínea "c".

Paragrafo Primeiro. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" deste item são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos "alínea "b"). Paragrafo Segundo. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c" e "d", a autoridade competente submeterá sua decisão do Prefeito Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Publica Municipal.

Paragrafo Terceiro. Caso as sanções referidas no paragrafo anterior não seja confirmadas pelo Prefeito Municipal, competirá órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

- 18.4 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, asseguradas a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante vencedor, facultando-lhe a apresentação da defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por email, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada com infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de idoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observado a regra do artigo 110 da Lei Federal n 8.666/93;
- d) O licitante vencedor comunicará órgãos promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à analise da Procuradoria Geral do município.
- 18.5. Os montantes relativos à multas moratórias e compensatórias pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos devidos ao licitante vencedor.
- 18.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos relativos às multas restar residual em desfavor do licitante vencedor, é obrigada a cobrança judicial da diferença.
- 18.7 As multas serão calculadas pelo total do contrato ou emprenho, a critérios da administração.

19 - PAGAMENTO

- 19.1 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a prestação dos serviços/entrega do material, após emissão de nota(s) fiscal(is), sem emendas ou rasuras e atestado pelo setor requisitante.
- 19.2 Ocorrendo erro na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para o pagamento seja contado a partir da data de nova fatura devidamente contratual.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 Este Pregão será regido pelas regras e princípios publicitas, pela Lei n 10.520/02, pela Lei n 8.666/93 e suas alterações e lei Complementar nº 123/06.
- 20.2 Ao apresentar proposta fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente Pregão, implicando na aceitação integral e irretratável dos termos do presente edital,



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

seus anexos e instruções, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

- 20.3 O presente Pregão será obtido na Sala do Setor de Licitação, na Rua Zildio Moschem, 22 Centro Vargem Alta, ou pelo site www.vargemalta.es.gov.br.
- 20.4 Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Pregão, das normas e das condições nele estabelecidas. Os pedidos de esclarecimentos sobre o procedimento de licitação devem ser enviados a Pregoeira até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico licitacao.vargemalta@gmail.com ou pelos telefones (28) 3528-1010. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.
 - □ A impugnação do edital deverá ser promovida através de protocolo no Prédio da Municipalidade, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, seguindo as condições e os prazos previstos no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.
 □ A impugnação do edital deverá ser dirigida Pregoeira, indicando o número do Pregão e do
 - Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail do impugnante. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante
 - No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
 - Não serão aceitos pedidos de impugnação ao edital encaminhados por e-mail ou fax.
- 20.5 Ficam os licitantes cientes de que deverá ser dada especial atenção aos aspectos de meio ambiente durante a execução dos serviços ou fornecimento de material, a fim de minimizar os efeitos negativos de impacto ambiental que porventura sejam causados em função de execução dos serviços ou fornecimento de material.
- 20.6 Caberá à Contratada o atendimento à exigências legais para obtenção das licenças necessárias à execução dos serviços ou fornecimento de material, ressalvadas aquelas de responsabilidade da Prefeitura de Vargem Alta ES.
- 20.7 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 20.8 A pregoeira ou autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento da fase de licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente em qualquer dos envelopes.
- 20.9 A pregoeira solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.
- 20.10 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação.
- 20.11 Poderão se convidados a colaborar com a Pregoeira, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer licitante, bem como qualquer outro servidor.
- 20.12 A pregoeira resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.
- 20.13 As normas que disciplinas este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, o principio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.14 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

- 20.15 A pregoeira pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para o Município.
- 20.16 A Pregoeira, no interesse público, poderá revelar omissões puramente formais, desde que não seja infringido o principio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.
- 20.17 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.
- 20.18 Por razões de interesse público de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a licitação, ou anula-la por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenizar, ressalvando o disposto no paragrafo único do Art. 59 da Lei 8.666/93.
- 20.19 A administração poderá transferir a data da abertura desta licitação, em face de razões de interesse público, por fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, através de oficio ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem obrigação de indenizar.
- 20.20 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvando o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 20.21 A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no paragrafo único do art. 59, da Lei n 8.666/93.
- 20.22 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder abertura dos envelopes.
- 20.23 Caso as datas designadas para abertura deste certame recaiam em dia não útil, e não havendo retificação de convocação, serão procedimentos a abertura no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário previstos.
- 20.24 No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.25 Fazem parte do presente Pregão, integrando-o de forma plena, independentemente de transição:
 - a) ANEXO I Descrição dos lotes
 - b) ANEXO II Modelo de credenciamento
 - c) ANEXO III Declaração de micro e pequena empresa
 - d) ANEXO IV Minuta de Ata de Registro de Preços.
 - e) ANEXO V Minuta do Contrato.
 - f) ANEXO VI Termo de Referência.
- 20.26 Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Vargem Alta, excluindo-se qualquer outro, por mais especial que seja.
- 20.27 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira e Equipe de apoio, com base na Lei 8.866/93 e submetidos à homologação de Sr. Prefeito.
- 20.28 Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido neste edital, deve a mesma fazer prova dentro do envelope, através de declaração de órgãos expedidor do aludido documento.
- 20.29 Não serão levadas em consideração pela Pregoeira e equipe de Apoio, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação da compra do bem, quaisquer consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em Ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.
- 20.30 A Prefeitura Municipal de vargem alta, reserva-se o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o paragrafo primeiro do art. 65 da lei Federal 8.666/93, servindo de base de calculo o inicial atualizado do contrato.
- 20.31 Após a abertura das propostas não serão aceitas solicitações de cancelamento, retificações de propostas ou itens, alterações no Cálculo dos valores unitários dos preços.
- 20.32 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

- 20.33 É vedado à adjudicatária subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 20.34 A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 20.35 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 20.36. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos. Alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus Documentos de Habilitação ou na Proposta.
- 20.37 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário das 12:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, pelo telefone (28) 3528-1900.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 o presente Edital de Pregão encontra-se à disposição dos interessados, na Sala de Licitação e Contratos, localizada na Sede da Prefeitura Municipal de Vargem alta, localizada na rua Zildio Moschem, 22 - Centro - Vargem Alta, pelo telefone (28) 3525-1010, ou pelo site www.vargemalta.es.gov.br http://www.vargemalta.es.gov.br.

Vargem Alta - ES, 17 de novembro de 2021.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal



Estado do Espirito Santo Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

ANEXO I

Lote	ITEM 01 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 4.933,33								
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total			
00001	00027731	REFRIGERADOR DUPLEX GELADEIRA DUPLEX- FROST FREE, CAPACIDADE LÍQUID A MIN 400 L Especificação técnica: cor branca, contém pra teleiras, gavetas, compartimentos na porta, congelamento rápido, alarme de porta aberta, gavetas para vegetais e frut as, porta ovos, prateleira. capacidade do refrigerador 346I, capacidade do congelador/frezzer-113I. com potência míni ma de 80w, consumo médio mínimo de 58 kwh/mês, na vol tagem de 110v, com forma de gelo, termostato, luz base co m pés estabilizadores e rodízios, prazo de garantia com mi nimo de 12 meses, fabricado de acordo com as normas vig intes.		UN	13					
Lote	ITEM 02 -	ITEM 02 - VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 2.066,67								
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total			
00002	00027732	FOGÃO A GÁS INDUSTRIAL 04 BOCAS COM FORNO FOGÃO A GÁS INDUSTRIAL 04 BOCAS COM FORNO. Quei madores: simples e duplos, Grelhas: em ferro fundido, Re gistro de baixa pressão: cromado, Fogão na cor: Grafiti, B andejas coletoras de resíduos, Forno revestido com lã de v idro: (interno), Grade interna no forno: Sim		UN	5					
Lote	ITEM 03 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 640,00								
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total			
00003	00027733	FORNO ELETRICO 44L FORNO ELÉTRICO- 44 LITROS, potência: 1500w - botão seletor de temperatura de 90ºc a 230ºc - botão timer possui opção para manter ligado - luz indicadora de funcionamento.		UN	5					
Lote	ITEM 04 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 2.866,67								
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total			
00004	00027735	FREEZER VERTICAL 231L FREEZER VERTICAL - Com Capacidade para 231I, Cor Branca, 1 Porta, Degelo.		UN	5					
Lote	ITEM 05 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 986,67								
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total			
00005	00027736	PURIFICADOR DE AGUA: refrigerado por compressor, refil troca fácil com proteção antibacteriana, água natural e gela da, bivolt, consumo de energia classe a. garantia de no mí nimo 1 ANO.		UN	2					
Lote	ITEM 06 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.416,67								
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total			
00006	00027737	FOGAO DE PISO AUTOMATICO COM 04 BOCAS E FORNO FOGAO DE PISO AUTOMÁTICO COM 04 BOCAS E COM FORNO: 02 queimadores pequenos e 02 queimadores famíli a – cor branco – mesa em aço inox – puxador : metálico – tampa : vidro total temperado – resistente; - grades na mesa : esmaltadas – forno autolimpante – voltagem : 110/127V, garantia de no mínimo 1 ANO.		UN	2					



Lote	ITEM 07 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 980,00					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00007	00027738	MICROONDAS 31 LITROS		UN	1		
		MICROONDAS: capacidade mínima de 31 litros, na cor bra					
		nco, 110 volts, porta com visor transparente, tecla ligar mai s 30 segundos de controle número, clave de segurança, m					
		enu pratos rápidos, tecla descongelar, menu kids, menu lig					
		ht, menu gourmet. Garantia de no mínimo 1 ANO.					
Lote	ITEM 08 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 276,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
80000	00027677	FAQUEIRO INOX		UN	1		
		FAQUEIRO INOX- 60 PEÇAS totalmente feitas em aço inox,					
		altamente duráveis, mantêm as características originais, pr eservando a beleza, a higiene e a durabilidade do material.					
		- colheres com bojo em formato simétrico e bordas cuidad					
		osamente arredondadas garfos com dentes polidos na p arte interna, com formato apropriado para a boca e bordas					
		arredondadas para proporcionar maior conforto no uso f					
		acas totalmente temperadas, que garantem maior durabilid ade no fio de corte e maior resistência à corrosão, e por su					
		as características de temperabilidade, não riscam as porce					
		lanas acabamento em brilho, com detalhes no cabo.					
Lote	ITEM 09 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 131,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00009	00027688	SANDUICHEIRA		UN	2		
		SANDUICHEIRA- sanduicheira e grill que prepara até 2 san duíches, preto - 750w antiaderente.					
Lote	ITEM 10 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 593,33					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00010	00023443	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 2		UN	2		
		LIQUIDIFICADOR- INDUSTRIAL INOX, confeccionado em a					
		ço inox; capacidade mínima de 2litros, potência mínima de 800w. garantia mínima de do fornecedor 12 meses. com as					
		sistência técnica no estado espirito santo.					
Lote	ITEM 11 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 753,33					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00011	00027739	BATEDEIRA PLANETARIA 4L		UN	1		
		BATEDEIRA PLANETÁRIA- 5 VELOCIDADES, 3 tipos de ba					
		tedores em metal para massas, os batedores possuem mo					
		vimentos de rotação e translação, consumo aproximado de energia 0,15kw/h. potência 300 watts, capacidade de tigela					
		4 l e garantia de 1 ano.	1		I		i .



Lote ITEM 12 - V	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.650,00					
Ítem Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
		Marca/Modelo	Unidade UN	Quantidade 6	Unitário	Valor Total



Lote	ITEM 13 - '	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.386,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00013	00027742	MESA PARA REUNIÃO COM 06 CADEIRAS		CJ	3		
		MESA PARA REUNIÃO COM 6 CADEIRAS mesa material pr incipal mdp altura dos pés 70 cm, material dos pés aço for mato retangular, tamanho 74cm x 200cm x 110cm, acabam ento melamínico cadeiras, cadeira fixa estrutura epóxi pret o confeccionada em estrutura de aço com pintura epóxi as sento em polipropileno dimensões mínimas: altura: 78 cm, largura: 42 cm, profundidade: 40 cm assento x chão: 41 c m					
		Mesas Reunião Retangular Tampos confeccionado em MD P, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com Lami nado melamínico, por efeito de prensagem a quente que fa z o laminado se fundir a madeira aglomerada, formando com ela um corpo único e inseparável (BP), oriundas de mad eiras certificadas de reflorestamento com selo FSC, tampo recebe fita de 2mm em todo contorno, acabamento nas cor es semelhantes ao revestimento do tampo. (Cores sólidas e madeiradas). Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) ros queadas ao tampo e parafusos M6x12.					
		Painel frontal madeira: Com altura de 350mm confecciona do em BP com substrato MDP com espessura de 18mm, re vestida nas duas faces com filme texturizado, por efeito de prensagem a quente faz o filme se fundir a madeira aglome rada, formando com ela um corpo único e inseparável (BP), com acabamento superior e inferior com fita ABS de 1mm, com acabamento nas cores semelhante ao do revestimen to (Cores sólidas e madeiradas). Estrutura: Colunas metálicas compostas de chapa confor madas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 170mm, formando assim dutos para passagem de fia ção. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Bas e confeccionada com chapa de aço carbono com espessur a de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacáv el confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Siste ma de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com dimensão de 27mm e altura de 15mm, inj etadas em polietileno de alta densidade, com parafuso zinc ado branco de 5/16" x 1" sextavado. Para fixação do tampo utiliza-se parafusos M6x12 e parafu sos minifix com tambor de giro de 15mm com parafuso de montagem rápida M6x20 para união das estruturas ao pain el frontal. Tratamento Superficial Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferru ginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a própria indústria possua o equipamento para tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com resina a b ase de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura, atendendo-se os critérios de prepa ração, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fab ricante da tinta empregada, de forma que o resultado atend a as exigências previstas nas normas da ABNT. Certificado de conformidade com a Norma ABNT NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação B rasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificado ra também acreditada pelo Inmetro. As informações consta ntes no certificado deverão ser suficientes para a correta i					
		dentificação do produto ou vir acompanhado do seu respe ctivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro; 2. Laudo de profissional (engenheiro de segurança do trabalho, médico do trabalho ou Ergonomista) devidam ente acreditado, atestando que o fabricante dos movéis at ende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (er gonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que no caso de engenheiro deverá vir acompanhados dos documentos co mprobatórios e ART do profissional assinante junto com o comprovante de pagamento de quitação do título CREA, pa ra os casos de Ergonomista, deverá apresentar documento de comprovação técnica; 3. A empresa fabricante dos produtos deverá apresentar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conforme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em superfícies, sendo que o documento deverá apresentar e m seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderência da tinta, Determinação do brilho da superfície, medição não destrutiva da espessura de camada seca de revestim					



Lote	ITEM 13 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.386,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
		entos aplicados em base, resistência de revestimentos org					
ļ		ânicos para os efeitos de deformação rápida e determinaçã o de dureza ao lápis em tinta aplicada, tanto em corte do fil					
ļ		me de pintura como risco de filme de pintura;					
l I		4. Apresentar Laudo de desempenho do produto d					
ļ		e, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8094/1983					
ļ		- Material metálico revestido e não revestido - Corrosão po					
ļ		r exposição à névoa salina, em corpos de prova que conte nham uniões soldadas em nome do fabricante do mobiliári					
ļ		0;;					
l I		4.Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mín					
ļ		imo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material					
ļ		metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposiçã o à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que co					
ļ		ntenham uniões soldadas em nome do fabricante do mobili					
ļ		ário;;					
ļ		5. Certificado ambiental de cadeia de custódia do F					
ļ		SC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário co					
ļ		mprovando a procedência da madeira proveniente de man ejo florestal responsável ou de reflorestamento;					
l I		6. Caso o licitante seja uma revenda autorizada, ap					
ļ		resentar declaração de autorização de comercialização do					
ļ		s produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, específic					
ļ		a para este processo licitatório, assinada por responsável					
ļ		devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartóri o, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mo					
l I		biliário contra eventuais defeitos de fabricação;					
l I		7. Apresentar Declaração de Garantia, com firma re					
ļ		conhecida em cartório, emitida pelo fabricante do mobiliári					
l I		o, específica para este processo licitatório, assinada por re sponsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinc					
ļ		o) anos contra eventuais defeitos de fabricação (Caso licita					
l I		nte seja também o fabricante);					
ļ		8. Catálogo técnico do produto, nos quais necessa					
l I		riamente constarão imagens e desenhos com cotas, compr					
l I		ovando que o item ofertado faz parte de sua linha de fabric ação. Esta condição será de extrema relevância para a aval					
l I		iação do mesmo, assim como os seguintes fatores: confor					
ļ		midade com as especificações, características técnicas e c					
ļ		ertificados de conformidade apresentados, qualidade, dura					
ļ		bilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidad					
l I		e. A não apresentação acarretará desclassificação do licita nte.					
l I		Cadeira fixa em polipropileno. A estrutura é composta de t					
ļ		ubos de aço 1010 /1020, sendo os pés e suportes do assen					
l I		to e encosto fabricados em tubos oblongos 16x30 com 1.5					
ļ		mm de espessura de parede soldados com solda Migà duas travessas horizontais de tubos de aç					
l I		o 7/8" x 1,2mm de espessura formando um					
l I		conjunto estrutural empilhável. A estrutura recebe tratame					
ļ		ntos químicos de fosfatização e pinturas epóxi pó.					
l I		Para dar acabamento nas pontas dos tubos dos pés e trav essas, a estrutura recebe ponteiras plásticas					
ļ		injetadas em polipropileno. Aestrutura da cadeira suporta a					
ļ		té 120 Kg. Assento confeccionado em polipropileno					
l I		copolímero (PP) injetado e moldado anatomicamente com					
l I		acabamento texturizado. Suas dimensões são465mm de largura, 420mm de profund					
l I		idade 5mm de espessura de parede.					
i i		Possui cantos arredondados e éunido à estrutura por meio					
l I		de 4 (quatro) parafuso 5x30 para plástico. A altura do asse					
l I		nto até o					
i i		chãoéde445mm. O encosto é fabricado em polipropileno c opolímero injetado e moldado anatomicamente com					
l I		acabamento texturizado, com dimensões de 460mm de lar					
ļ		gura por 330mm de altura, com espessura de					
ļ		parede de 5mm e cantos arredondados, unidos a estrutura					
ļ		por dupla cavidade na parte posterior do encosto que se encaixa a estrutura metálica, travada por dois pinos					
į i		fixadores plásticos injetados em polipropileno					
l I		copolímero, na cor do encosto, dispensando a presença de					
l I		rebites ou parafusos. O encosto possui furos para					
į i		ventilação. O assento e o encosto apresentam como opcio					
l I		nal alma estofada com espuma laminada de espessura igual a 20mme densidade 26(Figura 2 e Figura 3					
l I).A alma estofada é montada ao assento por meio					
į i		de parafusos phillips Ø3.5x8mm para plástico, e ao encost					
l I		o por meio de encaixes. A cadeira também					
l I		apresenta como opcional a ponteira connect, um acoplame					
	1	nto do tipo "macho e fêmea"encaixado às					
' 		extremidades laterais das travessas da cadeira, servindo p					



Lote	ITEM 13 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.386,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
		colocadas lado a lado(Figura 4). As ponteiras são produzid					
		as em polipropileno copolímero injetado.					
		Apresentar junto com a proposta comercial: • Laudo emitid					
		o por laboratório acreditado pelo INMETRO					
		atestando que os produtos atendem os requisitos da NBR					
		8094/83, com avaliação pela ISO 4628-3/2015 com					
		duração igual a 600 horas. • Laudo Técnico de Ergonomia					
		em conformidade com a Norma Regulamentadora					
		- NR 17 emitido por um Ergonomista Acreditado pela ABE					
		RGO e um Engenheiro de Segurança do Trabalho					
		com recolhimento de ART pelo CREA . • Laudo emitido por					
		laboratório acreditado pelo INMETRO atestando					
		que os produtos atendem os requisitos da NBR 8095/2015,					
		com duração igual ou superior a 600 horas.					
		Laudo de acordo com a NBR 9209/86 atestando que os pro					
		dutos possuem revestimento em fosfato com					
		massa igual ou superior a 1,2g/m². • Laudo de acordo com					
		a ASTM D 7091/13 e resultado de espessura					
		máxima de 74 micras. • Laudo de acordo com a ASTM D 27					
		94/2010, atestando que a tinta suporta mais de					
		350 kg.m sem causar trincas. • Laudo de acordo com a NB					
		R 8096, Avaliação da Resistência à corrosão por					
		exposição ao Dióxido de Enxofre, com duração igual ou su					
		perior a 600 horas. Laudo emitido por laboratório					
		acreditado pelo INMETRO atestando que os produtos aten					
		dem os requisitos da NBR 8094/83, com avaliação pela NB					
		R 5841/2015 com duração igual a 600 horas.					



íta	Cádina	Egnacificação	Mores (Manda)	I In: de de	Quantidada	lleités! -	Volon T
1014	<i>Código</i> 00027743	Especificação MESA DE ESCRITÓRIO 1,20 X 0,60	Marca/Modelo		Quantidade	Unitário	Valor Tot
0014	00027743			UN	7		
		MESA DE ESCRITORIO: 1,20 X 0,60 com 02 gavetas, com d					
		e 25mm de espessura, em aglomerado de baixa pressão, d					
		entro das normas ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) e de ergonomia. Revestimento melamínico de					
		baixa pressão, na cor a definir; borda frontal em com perfil					
		de PVC extrudado de 3mm de espessura colado pelo siste					
		ma hot melt; bordas laterais e posterior em perfil de 1mm c					
		olado pelo sistema hot melt. Altura de 75 cm do piso, fixad					
		o à estrutura com parafusos rosca métrica e buchas metáli cas em zamak. Tampo com um orifício de 60mm, passa-ca					
		bos. Quanto as medidas da mesa: altura x largura x profun					
		didade, são respectivamente 74 cm x 1,40 m x 60 cm. O mo					
		delo é reto. (medidas aproximadas), garantia de no mínimo					
		1 ANO.					
		Mesa Reta medindo 1200x600x740 (LxPxA) com 2 gavetas					
		Tampo confeccionado em MDP, espessura de 25mm, reves					
		tida nas duas faces com Laminado melamínico, por efeito					
		de prensagem a quente que faz o laminado se fundir a mad					
		eira aglomerada, formando com ela um corpo único e inse parável (BP), oriundas de madeiras certificadas de reflores					
		tamento com selo FSC, tampo recebe fita de 2mm em todo					
		contorno, acabamento nas cores semelhantes ao revestim					
		ento do tampo. Fixação à estrutura por meio de buchas me					
		tálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. Pain					
		el frontal de aço: Confeccionado em chapa de aço com esp essura 0,9mm, com perfuração estampada no formato de o					
		blongos. Estrutura: Colunas metálicas compostas de chap					
		a conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distân					
		cia entre si de 50mm, formando assim dutos para passage					
		m de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2m					
		m. Base confeccionada com chapa de aço carbono com es pessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo					
		sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada.					
		Sistema de união entre as peças através de solda MIG MA					
		G. Niveladores com dimensão de 27mm e altura de 15mm,					
		injetadas em polietileno de alta densidade, com parafuso zi					
		ncado branco de 5/16" x 1" sextavado. Para fixação do tam po utiliza-se parafusos M6x12 e parafusos minifix com tam					
		bor de giro de 15mm com parafuso de montagem rápida M					
		6x20 para união das estruturas ao painel frontal. Tratament					
		o Superficial As estruturas em aço recebem tratamento ant					
		i-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos quí					
		micos e que a própria indústria possua o equipamento par a tal processo e recebem pintura eletrostática a pó com re					
		sina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mí					
		nima 30/40 micra de espessura, atendendo-se os critérios					
		de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados					
		pelo fabricante da tinta empregada, de forma que o resulta					
		do atenda as exigências previstas nas normas da ABNT. J unto com a proposta comercial, deverão ser apresentados					
		os seguintes documentos.					
		Gaveteiro fixo com 2 gavetas Corpo confeccionado em aço					
		carbono; puxadores zamak. Montante: confeccionadas no					
		mesmo material do tampo com espessura de 15mm e acabamento em fita PS de 1.0mm na cor semelhante ao r					
		e acabamento em illa PS de 1,0mm na cor sememante ao r evestimento com					
		resistência a impactos e termicamente estável, (montante					
		na cor cinza). Frente de gaveta: confeccionadas no mesmo					
		material das laterais com espessura					
		de 18mm e acabamento em fita PS de 2,0mm na cor semel					
		hante ao revestimento, com resistência a impactos e termi camente estável. Fechadura: fechadura com acabamento c					
		romado, com aplicação na primeira gaveta, possibilitando					
		o travamento lateral das gavetas simultaneamente. Contém					
		02 peças de chaves com capa plástica "escamoteável" co					
		m acabamento preto, dupla face e extração, rotação de 180					
		°, cilindro com corpo de 20 mm de comprimento e diâmetr o de 19mm com 2(duas) abas para fixação, que é feito na fr					
		ente do gaveteiro. Gavetas: gavetas confeccionadas em ch					
		apa de aço SAE 1006 a 1008 com 0,6mm de espessura, co					
		m pintura epóxi a pó na cor CRISTAL, corrediças de 400m					
		m de comprimento, fabricadas em chapa de aço dobrada n					
		a cor das gavetas, roldanas em nylon, corrediças fixadas a					
		s laterais do gaveteiro por meio de parafusos chip cabeça chata Phillps com acabamento bicromatizado. Trava: confe					
		ccionadas em perfil de alumínio extrudado. Acabamento: a					
		s gavetas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a b					
	Ì	ase de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que a pr	1		1		ĺ



ı Cód	o Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
	ecebem pintura eletrostática a pó com resina a base de ep					
	óxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra					
	de espessura, atendendo-se os critérios de preparação, tra					
	tamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da					
	tinta empregada, de forma que o resultado atenda as exigê ncias previstas nas normas da ABNT.					
	Certificado de conformidade com a Norma ABNT					
	NBR 13966:2008, emitido pela própria ABNT (Associação B					
	rasileira de Normas Técnicas) ou outra empresa certificado					
	ra também acreditada pelo Inmetro. As informações consta					
	ntes no certificado deverão ser suficientes para a correta i					
	dentificação do produto ou vir acompanhado do seu respe ctivo laudo de avaliação emitido por laboratório acreditado					
	pelo Inmetro;					
	2. Laudo de profissional (engenheiro de segurança					
	do trabalho, médico do trabalho ou Ergonomista) devidam					
	ente acreditado, atestando que o fabricante dos movéis at					
	ende aos requisitos da Norma Regulamentadora NR-17 (er					
	gonomia) do Ministério do Trabalho, sendo que no caso de engenheiro deverá vir acompanhados dos documentos co					
	mprobatórios e ART do profissional assinante junto com o					
	comprovante de pagamento de quitação do título CREA, pa					
	ra os casos de Ergonomista, deverá apresentar documento					
	de comprovação técnica;					
	3. A empresa fabricante dos produtos deverá apres					
	entar certificado emitido pela ABNT (Associação Brasileira					
	de Normas Técnicas) ou outra empresa certificadora, conf orme NBR 11003, de Processo de Preparação e Pintura em					
	superfícies , sendo que o documento deverá apresentar e					
	m seu escopo os seguintes testes: Determinação de aderê					
	ncia da tinta, Determinação do brilho da superfície, mediçã					
	o não destrutiva da espessura de camada seca de revestim					
	entos aplicados em base, resistência de revestimentos org					
	ânicos para os efeitos de deformação rápida e determinaçã o de dureza ao lápis em tinta aplicada, tanto em corte do fil					
	me de pintura como risco de filme de pintura;					
	4. Apresentar Laudo de desempenho do produto d					
	e, no mínimo, 1200 horas conforme norma NBR 8094/1983					
	- Material metálico revestido e não revestido - Corrosão po					
	r exposição à névoa salina, em corpos de prova que conte					
	nham uniões soldadas em nome do fabricante do mobiliári o;					
	4. Apresentar Laudo de desempenho do produto de, no mín					
	imo, 1200 horas conforme norma NBR 8095/2015 – Material					
	metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposiçã					
	o à atmosfera úmida saturada, em corpos de prova que co					
	ntenham uniões soldadas em nome do fabricante do mobili					
	ário; 5. Certificado ambiental de cadeia de custódia do F					
	SC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário co					
	mprovando a procedência da madeira proveniente de man					
	ejo florestal responsável ou de reflorestamento;					
	6. Caso o licitante seja uma revenda autorizada, ap					
	resentar declaração de autorização de comercialização do					
	s produtos emitida pelo fabricante do mobiliário, específic a para este processo licitatório, assinada por responsável					
	devidamente acreditado, com firma reconhecida em cartóri					
	o, garantindo também por no mínimo 05 (cinco) anos o mo					
	biliário contra eventuais defeitos de fabricação;					
	7. Apresentar Declaração de Garantia, com firma re					
	conhecida em cartório, emitida pelo fabricante do mobiliári					
	o, específica para este processo licitatório, assinada por re sponsável devidamente acreditado, de no mínimo 05 (cinc					
	o) anos contra eventuais defeitos de fabricação (Caso licita					
	nte seja também o fabricante);			l		
	8. Catálogo técnico do produto, nos quais necessa					
	riamente constarão imagens e desenhos com cotas, compr					
	ovando que o item ofertado faz parte de sua linha de fabric			l		
	ação. Esta condição será de extrema relevância para a aval					
	iação do mesmo, assim como os seguintes fatores: confor midade com as especificações, características técnicas e c			l		
	ertificados de conformidade apresentados, qualidade, dura			l		
	bilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidad					
	e. A não apresentação acarretará desclassificação do licita					
1	nte.	1				Ì



Lote	ITEM 15 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 971,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00015	00027744	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA COM BRAÇOS		UN	15		
		CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA COM BRAÇOS					
		Revestimento em CORANO PRETO Base: Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes					
		de aço.					
		Altura Regulável com sistema de pistão a gás					
		CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL EXECUTIVA COM B					
		RAÇO REGULAVEL E BACK					
		Os rodízios devem ser constituídos de duas (02) roldanas circulares com a dimensão de Ø55,00 mm e fabricadas em					
		material termoplástico denominado de Poliamida (PA 6,6) e					
		PU em suas extremidades, dedicadas para serem utilizada s em Pisos Rígidos. Um (01) corpo do rodízio configurado					
		de forma semicircular e fabricado em material termoplástic					
		o denominado Poliamida (PA 6,6). As roldanas devem ser fi xadas neste corpo através de um eixo horizontal de aco ca					
		rbono ABNT 1005 /10 na dimensão de 6,00 mm que deve se					
		r submetido ao processo de lubrificação através de graxa e specífica para redução de atrito na operação de rolamento					
		sob o piso. O corpo do rodízio deve ser constituído por um					
		(01) eixo vertical (Perpendicular ao Piso) de aço carbono A BNT 1008/10 na dimensão 11,00 mm e protegido contra a c					
		orrosão pelo processo de eletrodeposição de zinco onde s					
		e encontra montado através de um anel elástico sob press ão no corpo do rodízio, que recebe lubrificação para reduzi					
		r o atrito no deslocamento rotativo. Componentes utilizado					
		s para manter estabilidade e apoio ao piso e com a função de manter a mobilidade da cadeira, através de deslocamen					
		tos giratórios e lineares conforme manuseio do usuário. C					
		onjunto da base deve ser definido por uma configuração e m forma de pentagonal obtendo um diâmetro na ordem de					
		690 mm e constituída com cinco (05) pás de apoio, fabrica					
		da em chapa de aço carbono ABNT 1008/1020 na espessur a de 1,5 mm e conformada por um processo de estampage					
		m formando um perfil de secção 26x26,5 mm e travadas po					
		r soldagem MIG. Suas extremidades devem ser conformad as mecanicamente formando o encaixe para o pino do rodí					
		zio sem necessidade de buchas ou peças adicionais. Um (
		01) anel de centragem fabricada em tubo de precisão de co nstrução mecânica de Aço Carbono 1008/20 e onde as pás					
		devem ser fixadas a este pelo processo automatizado de s					
		oldagem MIG, que garante a qualidade e acabamento do produto. O Conjunto Base deve receber uma proteção contra					
		corrosão; caracterizada pelo processo de preparação de s					
		uperfície metálica e revestida por Pintura Eletrostática Epó xi Pó. O conjunto deve ser coberto por (01) blindagem com					
		Design adequando ao produto, montado pelo processo ma					
		nual por Clicks de Fixação, com a função de proteção e ac abamento da base, além de possuir também uma blindage					
		m telescópica para a coluna a gás. As blindagens são fabri					
		cadas pelo processo de injeção em termoplástico de enge nharia (Copolímero de Polipropileno). A coluna de gás dev					
		e ser constituída de um corpo cilíndrico denominado câma					
		ra, fabricado com tubo de construção mecânica de precisã o de Aço Carbono ABNT 1008/1020 na medida externa de 5					
		0,00 mm e conformado em uma de suas extremidades pelo					
		processo de conificação para perfeita fixação á Base. O C onjunto Câmara deve receber proteção contra corrosão atr					
		avés de um revestimento de pintura eletrostática epóxi pre					
		to e no cartucho a gás uma camada de eletrodeposição de cromo (Cromeação). O mecanismo deve possuir duas ala					
		vancas para regulagem de altura do assento e da inclinaçã					
		o do encosto. A alavanca de regulagem de altura do asse nto injetada em poliamida (PA) reforçada com fibra de vidr					
		o que deve possuir alma metálica com reforço estrutural d					
		e duas chapas de aço na espessura de 2,65 mm revestidas pelo processo de eletrodeposição a zinco, garantindo resis					
		tência mecânica contra corrosão. O sistema de travamento					
		de reclinação do encosto acontece por meio da pressão ex ercida por uma mola helicoidal em um conjunto de lâminas					
		que travam umas às outras por atrito e pelo princípio de fri					
		cção. A alavanca de controle de reclinação do encosto tam					
		bém deve ser injetada em poliamida (PA) reforçada com fib ra de vidro. Ao acionar a alavanca pra baixo ela libera o mo					
		vimento do encosto que também se dá pelo uso de duas m					
		olas helicoidais bastando ao usuário posicionar o encosto na posição desejada, a faixa de variação de reclinagem dev					
		erá ser de 73º a 104°. O mecanismo deve proporcionar a re	1				



	TILW 13 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 971,67					
em	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Tota
		gulagem de altura do encosto por meio de uma catraca aut					
		omática com curso de 70 mm, permitindo assim que o usu					
		ário ajuste a altura na posição para seu melhor conforto e entro dos padrões ergonômicos. O mecanismo deve possu					
		ir uma blindagem de termoplástico de engenharia (Copolí					
		mero de Polipropileno) com acabamento superficial texturi					
		zado, para impedir o acesso do usuário nos sistemas de fu					
		ncionalidade da cadeira e participando de um componente					
		de design, segurança e proteção contra agentes externos.					
		O conjunto mecânico deve receber uma proteção contra co					
		rrosão caracterizada pelo processo de preparação de supe rfície metálica por fosfatização a base de zinco e revestida					
		por pintura eletroestática epóxi pó. Para montagem do me					
		canismo ao assento deve ser utilizado quatro (4) (parafuso					
		s flangeado aço 1045 UNC ZP" ¼ x1" e quatro arruela de pr					
		eção ¼). Conjunto do assento deve ser constituído estrutu					
		ra plástica injetada em polipropileno com fibra de vidro co					
		m porcas garra ¼, fabricadas em aço carbono e revestidas					
		pelo processo de eletrodeposição a zinco, fixadas nos pon tos de montagem dos mecanismos e apoios de braço. Na e					
		strutura do assento deve ser fixada uma (1) almofada de es					
		puma flexível a base de poliuretano (PU), ergonômica e fab					
		ricada através de sistemas químicos a base de Poliol / Isoc					
		ianato pelo processo de injeção sob pressão. Esta almofad					
		a possui densidade controlada de 45 kg/m³ podendo ocorr					
		er variações de +/- 2 kg/m³. O conjunto deve ser revestido					
		por diversos materiais (Tecido/ Laminado/ Vinilico) pelo pr					
		ocesso de tapeçamento convencional. Suas dimensões gir am em torno de 418 mm (largura) x 378 mm de (Profundida					
		de) x 60 mm de espessura apresentando em suas extremid					
		ades cantos arredondados. O assento deve possuir ainda					
		uma carenagem plástica injetada em termoplástico de eng					
		enharia (Copolímero de Polipropileno) que deve ser encaix					
		ada a estrutura por meio de garras incorporadas na própri					
		a estrutura do assento, dispensando o uso de parafusos e					
		grampos. Apoio de braço devem ser em termoplástico de e					
		ngenharia (Copolímero de Polipropileno) fabricado pelo pr ocesso de injeção, sendo que em suas propriedades mecâ					
		nicas uma mistura de 30% de fibra de vidro para dar maior					
		resistência á peça. Para regulagem vertical do apoio deve-					
		se pressionar o gatilho localizado na parte frontal, podend					
		o o usuário escolher até 8 posições de ajuste, obtendo um					
		curso de regulagem de até 70 mm. A chapa do braçodeve					
		ser constituída de aço carbono ABNT 1008/1020 com 6,35					
		mm de espessura com seus cantos arredondados. Para su a montagem deve ser utilizada a seguinte configuração de					
		parafusos: PRF Sextavado flangeado Aço 1045 UNC ZP 1/4					
		x 1. 1/4. O encosto deve possuir estrutura termoplástica inj					
		etada em termoplástico de engenharia (Copolímero de Poli					
		propileno) reforçada com fibra de vidro e com porcas garra					
		1/4 fixadas nos pontos de montagem dos mecanismos e lâ					
		minas. Suas dimensões devem ser 420 mm de (comprimen					
		to) 380 mm de (largura) e espessura de 70, mm, com canto s arredondados. A espuma deve possuir espessura de 50					
		mm em formato ergonômico levemente adaptado ao corpo.					
		Para acabamento o encosto recebe uma blindagem plástic					
		a em termoplástico de engenharia (Copolímero de Poliprop					
		ileno) fabricado pelo processo de injeção que deverá ser e					
		ncaixado a estrutura, dispensando o uso de parafusos e gr					
		ampos. Na estrutura do encosto deve ser fixada uma (1) al					
		mofada de espuma flexível a base de poliuretano (PU), erg					
		onômica e fabricada através de sistemas químicos a base de Poliol/Isocianato pelo processo de injeção sob pressão.					
		Esta almofada deve possuir densidade controlada de 45kg/					
		m³ podendo ocorrer variações na ordem de +-2kg/m³. Para					
		sua montagem deveram ser colocados os parafusos com d					
		enominação de (Parafuso Sextavado Flangeado aço 1045 U					
		NC ZP D 1/4x7/8).					
		Annacember in the course Business Community					
		Apresentar junto com a Proposta Comercial:					
		Laudo de acordo com a NBR 9209/86 atestando que os pro dutos possuem revestimento em fosfato com massa igual					
		ou superior a 1,2g/m².					
		Laudo ou declaração, comprovando que o mobiliário oferta					
		do, com imagem e medidas está dentro da Norma Regulam					
		entadora NR 17 - Ergonomia, acompanhado por cópia de d					
		ocumento de identidade profissional (CREA ou CRM) ou A					
		RT paga com a devida comprovação de autenticidade, que					
		comprove habilitação e especialização em medicina do tra					
		balho, ergonomia ou engenharia segurança do trabalho, pa					
		ra emissão do respectivo laudo. Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO d					



Lote	ITEM 15 -	EM 15 - VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 971,67							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total		
		e acordo com a NBR 10443/08 e resultado de espessura minima de 70 micras. Catálogo técnico do produto, nos quais necessariamente c onstarão imagens e desenhos com cotas, comprovando qu e o item ofertado faz parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação do m esmo, assim como os seguintes fatores: conformidade co m as especificações, características técnicas e certificado s de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não a presentação acarretará desclassificação do licitante. Certificado de Conformidade emitido por uma OCP acredit ada pelo INMETRO, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado pelo Modelo 5, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, AB NT NBR 8096, ABNT NBR 11003, ASTM D 523, ASTM D 335 9, ASTM D 3363, ASTM D 7091, NBR 5841, ASTM D 2794, N BR ISO 4628-3.							



Lote	ITEM 16 - '	ITEM 16 - VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.436,67						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total	
00016	00027745	ARQUIVO DE AÇO COM 04 GAVETAS		UN	6			
		ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS, mobiliário fabricado com a ço de qualidade e procedência, em chapa #26, possui 04 g avetas, dispõe de sistema de fechadura de miolo, as gavet as funcionam em sistema de deslizamento por patins de ny lon com capacidade de carga de 10kg por gaveta uniforme mente distribuído, submetido a pré-tratamento com nanote cnologia e pintura eletrostática, em linha automatizada e c ontínua, com						
		tinta a pó, dimensões: altura: 1,33m, largura: 0,46m, profu ndidade: 0,49m, chapa: 26, capacidade por gaveta: 10 kg, o arquivo de aço é fornecido com 02 (duas) chaves.						
		Arquivo de Aço com 4 gavetas com Trilhos nylon Arquivo confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a SAE- 1012, predominantemente em chapa #26 com dimensões d e 1330 x 470 x 500 mm (AxLxP) com acabamento texturizad o, 3 reforços internos, verticais formato ômega em chapa # 22, soldados em cada estrutura lateral, 4 gavetas com capa cidade para no mínimo de 25 kg cada, sistema de deslizam ento em trilho de nylon progressivo, com 2 amortecedores produzidos em material polimérico para evitar impacto das gavetas no "abre e fecha", puxadores estampados na próp ria estrutura da gaveta, para fins estruturais, não podendo ocupar as extremidades superior ou inferior da mesma, var etas laterais para sustentação de pastas, porta-etiquetas e stampados na própria estrutura de aço, fechadura redonda com 2 chaves. Sistema de tratamento anti-ferruginoso por meio de túneis a spray recebendo 1 camada de proteção com no mínimo 3 etapas, desengraxe e fosfatização em fosfato de ferro quen te, enxágue em temperatura ambiente e posterior aplicação o de passivador inorgânico, o que garante camadas de fosf ato distribuídas de maneira uniforme sobre o aço e maior r esistência a intempéries. O móvel deve ser pintado em equ ipamento contínuo do tipo Corona, onde recebe aplicação de tinta em pó híbrida (epóxi-poliéster) por processo de ad erência eletrostática, com camada mínima de 50 mícrons. A polimerização ocorre em estufas com a peça alcançando mínimo de 200º C por um período de 10 minutos ou mais, g arantindo assim a polimerização total do filme, maior aderê ncia e resistência ao desgaste do acabamento final do pro duto. O produto deverá estar em conformidade com a norma reg uladora de ergonomia do Ministério do Trabalho, NR17. Para garantir todas as características solicitadas devem se r apresentados os seguintes laudos: • Laudo emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO de resistência a névoa salina, mínimo 500 horas conforme NBR ABNT 8094:1983; • Laudo emitido por laboratório de resistência a t mosfera úmida, mínimo de 500 horas						
		r dureza a lápis com resultado mínimo de 6H conforme ÁS TM D 3359:2009; • Laudo emitido por laboratório de Aderência co m resultado mínimo de 5B conforme ASTM D 3363:2005; • Laudo emitido por laboratório de resistência à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre com resulta						
		do mínimo de 10 ciclos conforme NBR 8096:1983; • Apresentar laudo por profissional habilitado que o móvel atende as especificações da NR17.						



ís.	044	Famasiliana	Move - (14)	Hadde I	Oue-state t	He it is	V-1- T
Item	<i>Código</i> 00027746	Especificação CUARDA VOLUME 20 DORTAS	Marca/Modelo		Quantidade	Unitário	Valor Tot
00017	00027746	GUARDA VOLUME 20 PORTAS		UN	1		
		GUARDA VOLUME EM AÇO COM 20 PORTAS, cinza para c					
		adeado medidas altura: 193 cm					
		largura: 138 cm					
		profundidade: 40 cm					
		características, totalmente montável, dispensa a utilização de parafusos com pitão para cadeado, estrutura chapas 24					
		e 26 (0,60mm e 0,45mm)					
		20 portas com 1 veneziana para ventilação e 1 reforço inter					
		no por porta,					
		capacidade por prateleira 15kg (bem distribuídos) itens de série:					
		40 cabides de nylon					
		10 pés reguláveis em pvc					
		pintura eletrostática a pó (tinta híbrida) na cor cinza cristal pintura em esmalte sintético nas demais cores					
		Roupeiro de Aço com 20 Portas Pequenas Sobrepostas					
		Roupeiro de 20 portas, sendo 1 superior, 3 no meio do cor					
		po e 1 inferior (cada porta com aproximadamente 272x420 mm), dividido em 2 corpos confeccionado em chapa de aç					
		o SAE-1008/1010 com 0,75mm (#26) de espessura. Dimens					
		ões aproximadas: 1820 (A) x 1228 (L) x 400 (P) mm.					
		Mecanismo de abertura das portas deve ser tipo pivotante,					
		lateral à direita, com 2 dobradiças internas em cada porta. As dobradiças devem ser formadas por 2 corpos com 2 e 3					
		bainhas respectivamente. O posicionamento dos corpos d					
		eve ser concêntrico entre as 2 faces cilíndricas e unidos p					
		or 1 pino com 4 mm de diâmetro. A altura máxima das 2 do bradiças após união deverá ser de 60 mm.					
		Sistema de travamento das portas deverá ser individualiza					
		do por porta do tipo "fecho para cadeado" confeccionado					
		em material polimérico.					
		Visando maior segurança aos usuários e melhor resistênci a, as portas devem ser embutidas, minimizando presença					
		arestas cortantes e devem possuir reforço interno tipo "ô					
		mega" fixado na parte central no sentido vertical.					
		Sistema de circulação de ar individualizado por porta, aten dendo NR 24, cada porta deverá conter 2 conjuntos que fac					
		ilitem a circulação de ar, 1 na parte superior e outro na part					
		e inferior.					
		Sistema de identificação individualizado por porta, cada po rta deverá possuir 1 porta etiqueta estampado no próprio c					
		orpo, em baixo relevo, de aproximadamente 80 x 37 mm, q					
		ue permita a fixação da etiqueta pela parte interna da porta					
		, proporcionando maior segurança contra avarias e acident					
		es. Os pés niveladores deverão ser em polipropileno injetado					
		que confere maior resistência e durabilidade mesmo em a					
		mbientes úmidos, de seção transversal circular e com altur					
		a de 80 mm, disposto em cada extremidade inferior da bas e do armário em 1 estabilizador triangular. Estabilizador tri					
		angular com medida aproximada de 85 mm de lado, dobras					
		estruturais internas e soldado ao corpo por pontos de sold					
		a. Este estabilizador abrigará 1 porca rebite utilizada para f					
		ixar por rosca os pés niveladores. Sistema de tratamento anti-ferruginoso por meio de túneis					
		a spray, recebendo camada de proteção fosfática, linha spr					
		ay com desengraxe e fosfatização em fosfato de ferro quen					
		te, enxágue em temperatura ambiente e posterior aplicaçã o de passivador inorgânico, o que lhe garante camadas de					
		fosfato distribuídas de maneira uniforme sobre o aço e mai					
		or resistência a intempéries. O processo de pintura, no sist					
		ema eletrostático a pó, deve ocorrer em equipamentos que					
		garantam a homogeneidade da pintura e camada média de 50 mícrons. A tinta utilizada deve ser do tipo híbrida (epóxi					
		-poliéster) com acabamento texturizado, a polimerização d					
		eve ocorrer em estufas com a peça alcançando mínimo de					
		200º C por um período de 10 minutos ou mais, garantindo assim a polimerização total do filme, garantindo maior ade					
		rência e resistência ao desgaste.					
		Para garantir todas as características solicitadas devem se					
		r apresentados os seguintes laudos:					
		Laudo emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO de resistência a névoa salina, mínimo 500 horas					
		conforme NBR ABNT 8094:1983;					
		 Laudo emitido por laboratório de resistência at 					
		mosfera úmida, mínimo de 500 horas conforme NBR ABNT					
	1	8095:2015; Laudo emitido por laboratório de resistência à					1



Lote	ITEM 17 - VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.991,33							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total	
	•	corrosão por exposição ao dióxido de enxofre com resulta do mínimo de 10 ciclos conforme NBR 8096:1983; • Laudo emitido por laboratório de resistência po r dureza a lápis com resultado mínimo de 6H conforme AS TM D 3359:2009; • Laudo emitido por laboratório de Aderência co m resultado mínimo de 5B conforme ASTM D 3363:2005; • Apresentar laudo por profissional habilitado qu e o móvel atende as especificações da NR17; • Laudo emitido por laboratório de controle de at ividade antimicrobiana conforme Norma JIS-Z 2801:2010; • Apresentar certificação ABNT NBR 13961/2010 ou relatório de realização dos ensaios contidos na norma p						
		ara este móvel. Os ensaios devem ser realizados por labor atório credenciado pelo Inmetro. A Lista com os ensaios a						
		serem feitos se encontra em documento abaixo						
Lote	ITEM 18 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 543,33						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total	
00018	00027747	VENTILADOR DE COLUNA, grade plástica cor preta, 50cm; potência 170w, Rolamento do motor:2; Rotação máxima 1. 430rpm, Hélice: 4 pás; possui protetor térmico e área de ve ntilação; vazão 230m2/min; Bivolt; controle de velocidade: chave circuito; garantia de 12 meses; altura da coluna 1,20 m a 1,90m;		UN	6			
Lote	ITEM 19 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 1.270,00						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total	
00019	00027748	QUADRO BRANCO 2500 X 1200	mai ca/Nodelo	UN	20	Omano	valor rotar	
		QUADRO BRANCO quadro confeccionado mdf com acabamento na área de tra balho em laminado melamínico de alta pressão, fixação po r meio de suporte de aço e aparador para canetas. dimens ões: 2500 x 1200 (l x a) revestido na face frontal em lamina do melamínico de alta pressão lousa quadriculado, 1 mm (espessura), quadriculado de 5x5 cm, cor branco brilhante		-	20			



Lote	ITEM 20 -	VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 846,67					
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00020	00027749	LONGARINA COM 03 ASSENTOS		UN	4		
Ítem	Código	LONGARINA COM 03 ASSENTOS LONGARINA COM 03 ASSENTOS: Assento e encosto: mad eira compensada, Assento e encosto: espuma injetada co m densidade média de 55kg/m3, Revestimento do assento e encosto: em tecido polipropileno azul com preto, Base: C onfeccionado em tubo de aço carbono 50x30, Medidas Assento: 41 cm largura x 39 cm profundidade x 70 espessura, Medidas Encosto: 30 cm largura x 29 cm altura x 70 espes sura, Altura do Assento até o chão: 45 cm, Altura total até o chão: 83 cm, Dimensões aproximadas do produto monta do: 93 cm largura x 50 cm profundidade x 83 cm altura, Co nteúdo da embalagem: 1 cadeira, Peso líquido aproximado do produto: 11,3 kg, Peso recomendado: até 120 kg / lugar, garantia de no minimo 1 ANO. Conjunto longarina nas versões de 2, lugares, constituída de pés injetados em polipropileno copolímero, duas traves sas de tubo de aço retangular 20x40x1.2mm de espessura, ouna versão com pés metálicos com uma travessa única d e tubo 60x40mm e pés em tubo Ø 1.1/4", assento e encosto estofados unidos por meio de uma lâmina de aço que é fix ada na madeira do assento e na superfície interna do enco sto por parafusos. As longarinas medem 890mm de altura, 578mm de largura e seu comprimento varia conforme o nú mero de assentos, o que pode ser visto no desenho abaixo. A distância entre um assento e outro é de 150mm e a altu ra do assento ao chão é de 440mm. O assento consiste em uma estrutura de madeira com quat orze (14) porcas garra de rosca 1/4 fixadas nela, com dime nsões de 470mm de largura, 440mm de profundidade e 65 mm de espessura com cantos arredondados e espuma inje tada comdensidade de 45 shor e 50 milímetros de altura e de forma levemente adaptada ao corpo, co m dimensões de 420mm de largura por 380mm de altura com espessura de 98mm com cantos arredondados e espuma injetada com densidade de 45 shor e 50 milímetros de altura e om espessura de 98mm com cantos arredondados e espuma injetada com densidade de 45 shor e 50mm de espessu ra e este é fixado a lâmina na parte inferior do encosto que	Marca/Modelo			Unitário	Valor Total
		m dimensões de 420mm de largura por 380mm de altura c om espessura de 98mm com cantos arredondados e espu ma injetada com densidade de 45 shor e 50mm de espessu					
		Laudo de acordo com a NBR 9209/86 atestando que os pro dutos possuem revestimento em fosfato com massa igual ou superior a 1,2g/m². Laudo emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO d e acordo com a NBR 10443/08 e resultado de espessura mí nima de 70 micras. Laudo ou declaração, comprovando que o mobiliário oferta do, com imagem e medidas está dentro da Norma Regulam entadora NR 17 - Ergonomia, acompanhado por cópia de d ocumento de identidade profissional (CREA ou CRM) ou A RT paga com a devida comprovação de autenticidade, que comprove habilitação e especialização em medicina do tra balho, ergonomia ou engenharia segurança do trabalho, pa ra emissão do respectivo laudo. Catálogo técnico do produto, nos quais necessariamente c					



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

Lote	ITEM 20 - VALOR REFERENCIAL UNITARIO R\$ 846,67						
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
		onstarão imagens e desenhos com cotas, comprovando que o item ofertado faz parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação do mesmo, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não a presentação acarretará desclassificação do licitante. Certificado de Conformidade emitido por uma OCP acredit ada pelo INMETRO, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado pelo Modelo 5, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, AB NT NBR 8096, ABNT NBR 11003, ASTM D 523, ASTM D 335 9, ASTM D 3363, ASTM D 7091, NBR 5841, ASTM D 2794, NBR ISO 4628-3.					

DEMAIS OBSERVAÇÕES:

- 1. OS PRODUTOS SOMENTE SERÃO ACEITOS SE ESTIVEREM DE ACORDO AS NORMAS DO EDITAL:
- 2. VALIDADE DA PROPOSTA 90 DIAS;
- 3. A ENTREGA PODERÁ SER REALIZADA DE FORMA PARCELADA, CONFORME A DEMANDA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DAS SECRETARIA SOLICITANTE, QUE DEVERÁ SER REALIZADA NO SEGUINTE ENDEREÇO:
 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: RUA PAULINO MOREIRA, 172, CENTRO, VARGEM ALTA/ES 28 3528-1339, EM DIAS ÚTEIS, NO HORÁRIO DE 09:00H ÀS 16:00 h;
- 4. OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, E FAZER PARTE DA(S) LINHA(S) DE PRODUÇÃO DO(S) FABRICANTE(S) NA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.
- 5. FORMA DE ENTREGA/INSTALAÇÃO 10 (DEZ) DIAS APÓS A SOLICITAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DESTE PRAZO ACARRETARÁ NAS APLICAÇÕES DAS PENALIDADES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.888/93;
- 6. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO DO OBJETO NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES DA INCORRETA EXECUÇÃO DO CONTRATO;
- 7. OS MATERIAIS DEVERÃO SER ENTREGUE LACRADO, NA LOCALIDADE DESIGNADA PELO CONTRATANTE, COM GARANTIA DE 01 ANO PARA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE E 06 MESES (MÍNIMO) PARA MATERIAL DE CONSUMO.
- 8. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A SER FIRMADA TERÁ VALIDADE DE 12 MESES, INDEPENDENTEMENTE DE SEU INTEGRAL CUMPRIMENTO, SEM QUE ISSO GERE QUALQUER ÔNUS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA/ES. DEVERÁ A EMPRESA VENCEDORA ASSINAR O REFERIDO COMPROMISSO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO ENVIO DO E-MAIL OU ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL;
- 9. A EMPRESA DEVERÁ INFORMAR, NA PROPOSTA COMERCIAL, OS DADOS BANCÁRIOS PARA EFETUAÇÃO DE PAGAMENTO.

NARGEMALTA NARGEMALTA Paga Makoo e 1981

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

10. GERÊNCIA DE LICITAÇÃO - TELEFONE (28) 3528-1010 -END. Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta/ES - Cep.: 29295-000 - E-mail: licitacao.vargemalta@gmail.com mailto:licitacao.vargemalta@gmail.com

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

OS ITENS SERÃO RECEBIDOS DA SEGUINTE FORMA:

1-PROVISORIAMENTE EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO MATERIAL COM A ESPECIFICAÇÃO;
2-DEFINITIVAMENTE EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS APÓS A VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DO MATERIAL E CONSEQUENTEMENTE ACEITAÇÃO.

2.1-Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3- O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO DO OBJETO NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES DA INCORRETA EXECUÇÃO DO CONTRATO



Estado do Espirito Santo Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

ANEXO II

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO PREGÃO Nº 000026/2021 - TIPO PRESENCIAL



Estado do Espirito Santo Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

	_	
(nome/razão social)	_, inscrita no CNPJ N° _	, por intermédio de
seu representante legal, o(a) Sr(a)		
n° e CPF n°		
administrativas cabíveis e sob as penas e termos de legislação vigente, não possuine lei Complementar nº 123/2006.	, 1	1 1 1
(local e data)		
(nome e número da Cédula de Identidade o	do Declarante)	

Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2021

ID CidadES: 2021.071E0700001.02.0020

Pregão Presencial Nº 00026/2021

jurídica de direito p sob o nº 31.723.570 do CPF nº 756.50 julgamento da licit RESOLVE regist MOBILIÁRIOS, Alta/ES	público, com sede na 0/0001-33, neste ato 1.937-20 e RG. nº ação na modalidade rar o preço para para atender, empio nº, Cédula de laº 00026/2021 nas que Federal nº 10.520 20, Decreto Federal 4 e suas alterações e RIMEIRA - OBJE tem por objeto ESTICOS E MOS, em conformidade egram este instrume	a Rua Zildio Mosche representado pelo I 366.631/ES, dorave de Pregão Presence eventual e futura a Secretaria resa, com sede no brasileiro (a), ua	en, 22, Centro, Va Prefeito Municipal vante denominado cial, PARA REGI a AQUISIÇÃO de Educação 	ALTA, ESPÍRITO SANTO, pessoa argem Alta/ES, inscrita no CNPJ-MF I, Sr. ELIESER RABELLO, portador o REGISTRANTE, considerando o STRO DE PREÇOS Nº 00026/2021 DE ELETRODOMÉSTICOS E do Município de Vargem i jurídica de direito privado, inscrito por seu representante, casado (a),, por seu representante, casado (a) pregão Presencial para a classificação por ela alcançada por 2016, Decreto Municipal nº 4225, de 9 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada ondições seguintes: e futura AQUISIÇÃO DE aria de Educação do Município de Anexo I e proposta apresentada na
Τ. 0	D '~ 1	TT ' 1 1	0 (1.1	77 1 TT './ '
Item n°	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
	R\$ (,	łministracão a fir	mar as contratações com a Detentora



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS E UNIDADES INTEGRANTES DO REGISTRO

ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- **3.2** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso <u>III do § 3º</u> do art. <u>15</u> da Lei nº <u>8.666</u>, de 1993.
- **3.3** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das dotações orçamentárias especificadas ao tempo da emissão da Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho

5 - CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Os materiais/produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), após solicitação do setor de compras, **em única parcela ou conforme solicitado**, a partir da data de assinatura desta Ata de Registro de Preços, nos locais indicados:

Setor: Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua Paulino Francisco Moreira, Centro, Vargem Alta - ES

Telefone de contato: (28) 3528-1339

5.2 Os materiais/produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da emissão da ordem de fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos de que tratam o item 5.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

- **5.3** Os materiais deverão ser entregues lacrados, na localidade designada pelo Registrante;
- **5.4** Não será definitivamente recebido e consequentemente será colocado à disposição da Registrada, o objeto que não for compatível com as características exigida nesta Ata de Registro de Preço, ou ainda, que apresente qualquer tipo de avaria e/ou falha/defeito consoante esta termo de registro, respectivo Termo de Referência;
- 5.5 É de responsabilidade da Registrada, devendo ser executado às suas expensas, todo e qualquer procedimento



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

de fornecimento, inclusive o transporte para a entrega do material solicitado quando necessário. O recebimento provisório será a simples conferência física dos materiais e o recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias uteis a contar do recebimento provisório, com o teste a fim de verificar se o mesmo estão em perfeito uso e funcionando corretamente.

- **5.6** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a DETENTORA DA ATA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da DETENTORA DA ATA. A DETENTORA DA ATA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.
- **5.7** Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.
- **5.8** Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, e fazer parte da(s) linha(s) de produção do(s) fabricante(s) na data de apresentação da proposta.
- **5.9** Garantir a existência de Assistência Técnica Autorizada, credenciada/disponibilizada no Estado do Espirito Santo e Garantia de 12 (doze) meses do licitante para todos componentes e peças;
- **5.10** A assistência técnica será gratuita durante o período de garantia e utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela Registrante.
- **5.11** Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve-se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS

6.1 - Os preços são os constantes do anexo da Ata de Registro de Preços.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

- 7.1 Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses.
 - a) Alteração da politica econômica do pais, que resulta reflexos nos preços ajustados;
 - b) Em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado;
 - c) Por força de situações imprevisíveis que produzam nos preços de mercado;
 - d) Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovada e inviabilidade de praticar o preço ofertado, desde que devidamente aceitos pela Administração.
- 7.2 A revisão que trata este item poderá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise de elementos materiais que sustentem a necessidade de revisão.
- 7.3 Quando o preço apurado em ata, por motivo superveniente, tornam-se superior ao preço, praticado no mercado, caberá a Administração;
 - a) Convocar o Contrato visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado:
 - b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.4 Os fatos decorrentes de situação imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar ao preço ofertado, deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida.
 7.5 A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre as partes.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos/prestação dos serviços, emissão de notas fiscais e atestadas pelo setor requisitante.

9 - CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES 9.1 - A REGISTRADA OBRIGAR-SE-Á A:

- 9.1.1 A REGISTRADA ficará obrigada de aceitar, nas mesmas condições do edital a prorrogação da Ata.
- 9.1.2 É da responsabilidade da REGISTRADA, durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, fazer a seleção e a manutenção de seu quadro de pessoal, atentando pela necessidade de experiência, capacitação mínima exigida e qualidade dos serviços a serem prestados;
- 9.1.3 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto CONTRATADO, nos termos da legislação vigente.
- 9.1.4 Manter durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.1.5 Será responsável por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de seus funcionários previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.
- 9.1.6 Será responsável por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação especifica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da REGISTRANTE.
- 9.1.7 Será responsável por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a prestação dos serviços;
- 9.1.8 Arcará com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários quando da execução do objeto da Ata de Registro de Preços.
- 9.1.9 Responderá por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionalmente por seus empregados nos locais de trabalho, assim como pelos objetos e bens extraviados ou retirados da Sede da REGISTRANTE.
- 9.1.10 A REGISTRADA, nos termos no art. 72 de Lei nº 8.666/93, não poderá subcontratar o fornecimento do objeto desta licitação, salvo se houver expressa autorização da Prefeitura;
- 9.1.11 Fornecerá à REGISTRANTE, juntamente com a nota fiscal, CND perante ao Instituto Nacional de Seguridade Social INSS e FGTS.
- 9.1.12 Manterá sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que venha a ter acesso.
- 9.1.13 Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei Federal n 8.666/93.
- 9.1.14 Utilizar os documentos e informações disponibilizadas pelo Município exclusivamente para a realização dos serviços objetos desta licitação.
- 9.1.15 Arcar com as despesas com alimentação, transporte e hospedagem de seus funcionários e também arcar com as despesas com veículos, motoristas, combustíveis e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços.
- 9.1.16 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes (de acordo com cada item). Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na Ata, bem como estado de conservação dos produtos e embalagens. Todos os produtos serão recebidos e conferidos por servidores designados da Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES.
- 9.1.17 Deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.1.18 Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 9.1.19 Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

- 9.1.20 Deverá manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.21 Na entrega dos produtos deverão estar incluídas todas as despesas de descolamento e transporte.

9.2 - A REGISTRANTE OBRIGAR-SE-Á A:

- 9.2.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.
- 9.2.2 Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
- 9.2.3 Elaborar e manter atualizada uma listagem de preços que comtemple a relação de produtos, acrescidos da taxa de operacionalização, para os fins previstos nesta Ata e no termo contratual.
- 9.2.4 Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.
- 9.2.5 Notificar a Registrada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução da Ata, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.
- 9.2.6 Rejeitar no todo ou em parte os serviços fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas pela Registrada;

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Não obstante o fato de a vencedora será única e exclusiva responsável pelo serviço, abjeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

SECRETARIA	SERVIDOR/FISCAL	
Secretaria Municipal de Educação	Ueslei do Amaral Silva	

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA

- 11.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
- 11.1.1 Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:
- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) Incorrer em inexecução total ou parcial da ata e Ordens de Fornecimento decorrentes do registro de preços;
- 11.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.
- 11.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.
- 11.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.
- 11.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- 11.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 11.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

11.6 Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da REGISTRADA

12 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

13 - CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 Conforme estabelecido no Edital.

14 - CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Será competente o Foro da Comarca de Vargem Alta/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15 -CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15 1 O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da REGISTRADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
- 15.2 A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
- 15.3 A Administração, a seu exclusivo critério, poderá durante os últimos 60 (sessenta) dias de vigência da Ata de Registro de Preços determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de uma nova Ata.
- 15.4 Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, e em contagem excluir-se-à de inicio e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 15.5 A despesa com a contratação correrá à conta da dotação, de cada unidade requisitante.
- 15.6 Fazem parte integrante desta Ata, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no edital e as normas contidas no lei Federal n 8.666/93 e 10.520/2002.

E por assim estarem justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 4 (quatro) vias, para todos os fins e efeitos de direito.

Vargem Alta - ES	s, de de 2021.
ELIESER RABELLO Prefeito Municipal REGISTRANTE	
REGISTRADA	



Item

01

Especificação

Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

ANEXO V

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº XXX/2021

ID CidadES: 2021.071E0700001.02.0020

Contrato que entre si celebram o Município de Vargem Alta e a empresa....., na qualidade de **CONTRATANTE E CONTRATADA**, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

Valor Total

O Município de Vargem Alta, Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Zildio
Moschen, 22, Centro, Vargem Alta/ES, inscrita no CNPJ-MF sob o no 31.723.570/0001-33, neste ato
representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Elieser Rabello, portador do CPF nº 756.501.937-20 e RG. nº
366.631/ES, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, empresa,
pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ-MF sob o nº, com sede na Rua
, por seu representante legal, Sr. (a), brasileiro (a),
, casado (a),, residente e domiciliado na Rua
, inscrito no CPF/MF sob nº, Cédula de Identidade
nº, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato para
AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS, para atender a Secretaria de Educação do
Município de Vargem Alta/ES, conforme Proposta apresentada pela CONTRATADA datada de// e
anexo I do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 00026/2021, sob o regime de empreitada MENOR
PREÇO POR ITEM, nos termos do procedimento licitatório - Pregão Presencial para Registro de Preço nº
00026/2021, tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº
8.883/94, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem.
4
4 or (vory 1 ppy ovy 1 opyma
1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1.1 Constitui objeto do presente contrato para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS,
para atender a Secretaria de Educação do Município de Vargem Alta/ES, conforme proposta apresentada pela
CONTRATADA datada de// e especificações constantes no Pregão Presencial para Registro de Preço
n° 00026/2021 e Anexos.
DESCRIÇÃO DO OBJETO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

Un

d.

Quant.

2.1 Faz parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Pregão Presencial para Registro de Preço nº 00026/2021, completando o presente contrato para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

Valor Unit.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- **4.1** O pagamento será efetuado mediante a apresentação a Prefeitura Municipal de Vargem Alta, de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras.
- O documento fiscal, depois de conferido e visado, será encaminhado para processamento e pagamento pelo prazo de até 30 (trinta) dias, havendo disponibilidade financeira.
- **4.2** Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido.
- **4.3** A Prefeitura Municipal de Vargem Alta poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- **4.4** A Administração não está obrigada a contratar todo quantitativo de serviços/materiais neste contrato.
- **4.5** Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.
- **4.6** A **CONTRATADA**, por ocasião do pagamento, deverá apresentar as documentações descritas abaixo:
- 1. Certidão negativa de Débito com as Receitas Federal, Estadual e Municipal (sede da empresa);
- 2. Certidão Negativa de Débitos com o FGTS;
- 3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- **4.7** O preço somente poderá ser reajustado, caso houver variação efetiva do custo de produção admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (índice IPCA-E ou outro que venha a substituí-lo), respeitada as disposições legais vigentes.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

- **5.1** Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses.
 - a) Alteração da politica econômica do pais, que resulta reflexos nos preços ajustados;
 - b) Em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado;
 - c) Por força de situações imprevisíveis que produzam nos precos de mercado;
 - d) Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovada e inviabilidade de praticar o preço ofertado, desde que devidamente aceitos pela Administração.
- **5.2** A revisão que trata este item poderá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise de elementos materiais que sustentem a necessidade de revisão.
- **5.3** Quando o preço apurado em ata, por motivo superveniente, tornam-se superior ao preço, praticado no mercado, caberá a Administração;
 - a) Convocar o Contrato visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 5.4 Os fatos decorrentes de situação imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar ao preço ofertado,



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida. **5.5** A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre as partes.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1 Os materiais, objeto deste contrato, deverão ser entregues após solicitação do setor de compras, <u>em uma única parcela ou conforme solicitado no local abaixo:</u>

Setor: Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua Paulino Francisco Moreira, Centro, Vargem Alta - ES

Telefone de contato: (28) 3528-1339

6.2 Os materiais/produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da emissão da ordem de fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos de que tratam o item 5.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais, deverão ser entregues no prazo e local acima indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.

- **6.3** Os materiais deverão ser entregues lacrados, na localidade designada pelo Registrante;
- **6.4** Não será definitivamente recebido e consequentemente será colocado à disposição da Registrada, o objeto que não for compatível com as características exigida nesta Ata de Registro de Preço, ou ainda, que apresente qualquer tipo de avaria e/ou falha/defeito consoante esta termo de registro, respectivo Termo de Referência;
- **6.5** É de responsabilidade da Registrada, devendo ser executado às suas expensas, todo e qualquer procedimento de fornecimento, inclusive o transporte para a entrega do material solicitado quando necessário. O recebimento provisório será a simples conferência física dos materiais e o recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias uteis a contar do recebimento provisório, com o teste a fim de verificar se o mesmo estão em perfeito uso e funcionando corretamente.
- **6.6** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da contratada. A contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.
- **6.7** Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.
- **6.8** Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, e fazer parte da(s) linha(s) de produção do(s) fabricante(s) na data de apresentação da proposta.
- **6.9** Garantir a existência de Assistência Técnica Autorizada, credenciada/disponibilizada no Estado do Espirito Santo e Garantia de 12 (doze) meses do licitante para todos componentes e peças;
- **6.10** A assistência técnica será gratuita durante o período de garantia e utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela Registrante.
- 6.11 Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso ocorra



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve-se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços.

7 - CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos orçamentários destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital correrão por conta da seguinte dotação: XXXXXXXXX

8 - CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

- **8.1** O prazo e as condições para entrega ou/execução dos serviços se dará conforme discriminado no anexo I do edital.
- **8.2** Este contrato terá início com sua assinatura e término em **XX/XX/XXXX**, independentemente de seu integral cumprimento.
- 8.3 É vedada a estipulação de faturamento mínimo.
- 8.4 O presente contrato, a critério da administração, poderá ser aditado nas hipóteses previstas em lei.
- **8.5** A CONTRATANTE poderá prorrogar o contrato, de conformidade com o artigo 57 da lei nº 8666/93 e suas alterações.
- **8.6-** A Ordem de Serviço/Fornecimento, será emitida pelo Setor de compras após a assinatura do contrato e enviada via e-mail a contratada.

9 - CLÁUSULA NONA - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

- **9.1** Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes deste contrato, bem como, qualquer faturamento por parte de terceiros, sem a prévia e expressa anuência da contratante;
- 9.2 É vedado caucionar ou utilizar o termo de contrato para qualquer operação financeira;
- **9.3** Os objetos ofertados deverão ser novos e originais, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais;
- **9.4** Cabe à contratada responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;
- **9.5** Será recusado qualquer objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;
- **9.6** Em hipótese alguma será aceito objeto recondicionado, remanufaturado, reciclado, ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, instalação, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- **10.1** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- a) Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado:
- **b**) Os dias de atraso serão contabilizados a partir do último dia constante na Ordem de Fornecimento e ou/ de Serviço, para a entrega e ou/ execução do objeto contratual;
- c) A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

- **10.2** O atraso ou o descumprimento da obrigação assumida permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:
- 10.2.1 advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- **10.2.2** multas, que serão graduadas, em cada caso, pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta, de acordo com a gravidade da infração, observados os seguintes limites:
- a) Pela não entrega do objeto após assinatura do contrato, multa de 10% (Dez por cento) do valor do contrato, e nessa hipótese, poderá ainda a Prefeitura Municipal de Vargem Alta revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- **b**) O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à adquirente no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.
- 10.2.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
- **10.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 10.3 As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à adjudicatária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- **10.4** Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
- **10.5** A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas aqueles que:
- a) Retardarem a execução do pregão;
- b) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c) Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.
- **10.7** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela firma e aceito pela adquirente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.
- **10.8** As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- **10.9** Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- **10.10** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- **10.11** O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- **10.12** O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- **10.13** Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- **10.14** O recurso administrativo a que se refere o item anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município de Vargem Alta/ES.
- **10.15** Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;
- **10.16** Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;
- 10.17 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

10.18 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO

- **11.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.
- 11.2 Constituem motivo para rescisão do contrato:
- I o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos;
- II o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos;
- **III** a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV- o atraso injustificado no início do fornecimento/prestação dos serviços;
- V- a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI- a subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.
- VII- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1ºdo art.67 da Lei nº 8.666/93.
- VIII a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- IX a dissolução da sociedade;
- **X** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- XI- razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- **11.2.1** A decisão da autoridade competente, relativa a rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3 A rescisão do contrato poderá ser:
- I determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do item 11.2;
- II- amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.
- III- Judicial, nos termos da legislação.
- **Parágrafo único** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

- 12.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:
- **12.1.1** Efetuar a CONTRATADA o pagamento do preço ajustado na Cláusula Quarta e nos termos ali estabelecidos.
- **12.1.3** O presente Contrato será publicado, em resumo, no Órgão do Oficial do Município, na forma do Art. 61, parágrafo único da lei 8.666/93.
- 12.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:
- **12.2.1** Entregar/executar o objeto, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital oriundo deste contrato e da Cláusula Primeira deste instrumento;
- 12.2.2 Efetuar os serviços objetos deste contrato, na data e forma prevista no Edital;
- **121.2.3** Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece no Artigo 71 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- **12.2.4** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à Contratante, ou a terceiros.
- 12.2.5 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais seguros e quaisquer outros não mencionados,



Estado do Espirito Santo

Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Alta/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.



Estado do Espirito Santo Rua Zildio Moschen, 22 - Centro - Vargem Alta- ES - CX. POSTAL 48 - CEP 29.295-000 Fone: (28) 3528-1010/1900

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA